



**CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



INDICAÇÃO Nº 001/2017

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

O vereador que esta subscreve, nos termos do artigo 208 do Regimento Interno, indica ao Prefeito a elaboração de projeto de lei visando alterar a Lei nº 250, de 4 de junho de 2007, especialmente para o fim de disciplinar as consignações em pagamento, admitindo-a apenas para servidores efetivos e estabelecendo como margem consignável apenas o vencimento e as vantagens de caráter permanente.

Nestes termos, pede deferimento.

Cabeceira Grande, 11 de Outubro de 2017.

  
**VEREADOR DEMI LIMA**  
Vice-Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAB. GRANDE-MG	
PROTOCOLADO NO LIVRO PRÓPRIO ÀS	
FOLHAS 203	SOB O Nº 6800
AS 14:45	HORAS.
CAB. GRANDE-MG 16/10	2017

*Câmara M. de Cab. Grande-MG*  
DESPACHO DE PROPOSIÇÕES  
☒ Recebido ☒ Numere-se. ☒ Publique-se.  
( ) Distribua-se às Comissões Competentes.  
Cab. Grande - MG, 16/10/2017  
  
PRESIDENTE



### JUSTIFICATIVA

Segundo a legislação vigente, qualquer servidor, mesmo o temporário e o que exerce cargo em comissão, pode fazer consignação facultativa e a margem consignável leva em conta a remuneração do servidor, o que inclui as vantagens de natureza temporária.

Isso tem feito com que as instituições financeiras suspendam o acordo celebrado com o Município, eis que há situações em que o servidor é nomeado para cargo efetivo, o que aumenta a sua remuneração e, por conseguinte, a própria margem consignável, possibilitando a contratação de empréstimos superiores aos de sua remuneração normal.

Em alguns casos, quando o servidor retorna ao exercício do cargo efetivo, já não consegue honrar os compromissos, superando os limites legais para as consignações facultativas, o que tem criado entraves para as instituições financeiras, o que pode prejudicar os demais servidores.

Por esse motivo, a sugestão é que a lei seja alterada para delimitar a margem consignável e para prever que as consignações facultativas sejam admitidas apenas para servidores que exerçam cargos efetivos.

*Bausa*



**PROJETO DE LEI Nº.     /2017**

Altera a Lei nº 250, de 4 de junho de 2007, que “Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas municipais.”

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso III, da Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. Fica acrescido à Lei nº 250, de 4 de junho de 2004, o seguinte dispositivo:

*“Art. XX-A. As consignações facultativas de que trata esta lei somente serão admitidas para servidores no exercício de cargo efetivo e a margem consignável compreenderá, além do vencimento, apenas as vantagens de natureza permanente.”*  
(NR)

*Parágrafo único. Será admitida consignação facultativa para servidores comissionados, para os fins do inciso IV do artigo 4º desta lei, mediante convênio ou contrato específico firmado entre a Administração e as consignatárias, a critério destas.”* (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação